

SEXO, RAÇA E CLASSE: RELAÇÕES SOCIAIS ESTRUTURAIS NA VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM MOSSORÓ-RN

Iury Natasha Vieira de Oliveira

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - RN, iury.natasha@gmail.com;

Mirla Cisne Álvaro

Professora orientadora: Doutora, Faculdade de Serviço Social (FASSO) - RN, mirlacisne@gmail.com.

Resumo

O presente artigo busca apresentar uma investigação acerca do modo como se articulam as dimensões de sexo, “raça”/etnia e classe social na vida de mulheres em situação de rua. A pesquisa se dá a partir da categoria *relações sociais de sexo* relacionando as análises empreendidas em diálogo com as feministas materialistas francófonas à teoria social crítica. O método de análise utilizado é o materialismo histórico dialético. A pesquisa é de natureza bibliográfica, com visitas de campo e entrevistas. No trabalho, analiso os fundamentos da formação sócio histórica brasileira, através de conceitos como colonialismo, patriarcado e racismo. Desenvolvo uma discussão acerca da transição do trabalho escravizado para o trabalho “livre” assalariado no Brasil, assim como sobre o processo de urbanização brasileira e, particularmente, na cidade de Mossoró-RN, lócus de realização da pesquisa. No debate sobre a população em situação de rua, articulo uma análise crítica da constituição desse fenômeno com enfoque na categoria ‘trabalho’. Como resultado das investigações empreendidas, identifiquei uma histórica invisibilidade em torno dos trabalhos junto às mulheres em situação

de rua, assim como particularidades que perpassam as vivências dessas mulheres relacionadas às suas pertencas étnico-raciais, às opressões de sexo vinculadas à uma estrutura de sociedade patriarcal e às condições de explorações de classe que vivem em uma sociedade capitalista neoliberal.

Palavras-chave: Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe; População em situação de rua; Feminismo materialista.

Introdução

A pesquisa intitulada “**Sexo, Raça e Classe: relações sociais estruturais na vida de mulheres em situação de rua em Mossoró-RN**” tem por objetivo investigar como se articulam as dimensões de raça, sexo e classe social na vida de mulheres que vivem em situação de rua no município de Mossoró-RN. Aproximei-me das mulheres sujeitas¹ da pesquisa e com elas estabeleci uma relação que me permitiu conhecer um pouco mais de suas realidades, com enfoque no modo como se dão as relações de trabalho e seus desdobramentos em suas vidas, a partir da experiência de estar nas ruas.

Estudar o fenômeno população em situação de rua (PSR) constitui tarefa desafiadora e necessária, pois é um dos fenômenos que mais amplamente conjuga uma complexidade de expressões da questão social e revela um processo de profunda pauperização da humanidade. Nesse segmento populacional, temos que a situação de miserabilidade aparece em sua máxima forma, expressão de uma realidade social em que as necessidades básicas para a subsistência e dignidade humana não são garantidas: moradia, alimentação, higiene pessoal, acesso a serviços de saúde, trabalho/emprego, segurança, etc.

Sobre essa população, Silva (2006) diz o seguinte:

[...] **o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista** e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, **constitui uma expressão radical da questão social**, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas.

1 O uso dessa e de outras expressões na forma do gênero flexionado para o feminino, mesmo quando a gramática formal da língua portuguesa não admite, foi uma escolha teórico-política para todo o trabalho, por considerarmos a língua portuguesa, assim como a linguagem na sua dimensão mais ampla, um instrumento que, para além da comunicação, reproduz uma estrutura racista e patriarcal.

Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2006, p. 95, grifos nossos).

Buscando estar na contramão da lógica perversa do sistema do capital, que invisibiliza as existências dessas/es sujeitas/os, quando não as/os considera unicamente sob o viés da criminalização - “naturalizando” essa expressão da barbárie capitalista - proponho esta pesquisa como contribuição aos estudos críticos na área. Para tanto, faço uma opção teórico-política que direciona metodologicamente as investigações deste trabalho, o olhar sobre essa realidade e as análises aqui feitas.

Aliado, portanto, às *sujeitas* da pesquisa, utilizarei algumas categorias de análise que subsidiarão a sua análise. A partir da categoria *relações sociais de sexo* (RSS), a pesquisa em questão centrará sua investigação no modo como se dão as relações de trabalho para as mulheres em situação de rua entrevistadas. Como se organiza o trabalho dentro do segmento *população em situação de rua* (PSR) e os rebatimentos desse modo de organização na vida das mulheres que vivem na e das ruas serão objeto de análise específica.

Sobre a categoria relações sociais de sexo (RSS), trago o entendimento pelo qual passa essa elaboração teórico-política:

Com base no conceito de *rappports sociaux*, uma das principais características da corrente feminista materialista francófona é afirmar que as mulheres não são uma categoria biológica, mas uma classe social definida por *rappports* sociais de sexo, historicamente e geograficamente variáveis, centralmente organizados em torno da apropriação individual e coletiva da classe de mulheres pela classe dos homens, por meio do que Colette Guillaumin (1978, 1992) denominou *sexage* (sexagem). Esses *rappports* são solidamente apoiados no que ela chamou de ideologia da Natureza – na qual estão subjacentes também as *rappports* sociais de “raça” (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 15)².

2 Cf. CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 07-26.

Uma das razões da escolha pela utilização da referida categoria analítica se assenta na análise crítica que ela propõe ao processo de biologização do sexo a partir do sistema de análise sexo-gênero (biológico-social). Nesse sentido, coaduno com a crítica de Cisne e Santos (2018):

A crítica à biologização do sexo a que o gênero esteve associado é uma das razões que fazem algumas feministas materialistas preferirem a adoção do termo “relações sociais de sexo” e não gênero, por entenderem que o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador (CISNE; SANTOS, 2018, p. 50).

Diante disso e considerando as relações sociais de sexo, de “raça”/etnia³ e de classe como estruturantes do modo de produção e reprodução da vida social no sistema capitalista, identificamos que as **mulheres em situação de rua** são um dos segmentos mais pauperizados e mais explorados dentro desse sistema, sofrendo diversas formas de opressão. São as mulheres em situação de rua, as múltiplas determinações que as conformam nessa sociedade e as particularidades de suas condições de vida e de sociabilidade que pretendemos pesquisar nesse trabalho.

A última (e única) pesquisa⁴ sobre o perfil da *população em situação de rua* (PSR) no Brasil, em nível nacional, foi realizada pelo Instituto META de Pesquisa de Opinião, por solicitação do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e publicada em abril de 2008. Ou seja, já se passaram mais de 12 (doze) anos dessa

3 **Raça** é um conceito que, do ponto de vista biológico, refere-se aos animais humanos como uma espécie única no mundo, sem distinção por cor ou qualquer outro fenótipo que, na aparência, se revela. Do ponto de vista sociológico, contudo, “raça” carrega consigo uma série de sentidos, marcadores de diferenças e de semelhanças que, no terreno da vida socialmente construída e vivida assume diversos significados e implica em elaboração de papéis e lugares sociais ocupados de formas distintas pelas/os sujeitas/os. É nesse segundo sentido que o utilizaremos neste trabalho e, por essa razão, será escrito entre aspas.

4 BRASIL. Sumário Executivo de Abril de 2008. **Rua Aprendendo a Contar**: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

primeira tentativa do poder público em conhecer, pesquisar e, com isso, subsidiar a formulação de políticas públicas para este segmento populacional historicamente negligenciado na garantia de direitos por parte do Estado.

A pesquisa nacional acima mencionada, não foi realizada de modo a privilegiar a coleta de dados mais específicos acerca da condição de vida das mulheres em situação de rua, o que dificulta a análise do fenômeno, mas sinalizou alguns dados que apontam na direção da necessidade de mais pesquisas que deem conta dessas particularidades e necessidades, como podemos verificar na análise de Quiroga & Novo (2009):

Um dado interessante e que demonstra a diferença de oportunidades entre homens e mulheres em situação de rua é a frequência com que ambos afirmaram já terem trabalhado alguma vez com carteira assinada. Enquanto para os homens este percentual chega a 52,2%, para as mulheres entrevistadas este percentual é de 26,4% apenas. Estes números são especialmente significativos se considerarmos que [...] **tanto homens quanto mulheres em situação de rua encontram-se em idade produtiva, havendo inclusive maior prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos e, portanto, com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho** (QUIROGA & NOVO, 2009, p. 164, grifos nossos).

A reflexão acima assinala a necessidade de que mais pesquisas possam se debruçar sobre essa realidade social, ampliando suas possibilidades e análises. É o que pretendemos ao optar como categoria-chave de análise neste trabalho, além das *relações sociais de sexo*, *“raça”/etnia e classe*, a categoria *trabalho*.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar como se dão as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe para as mulheres em situação de rua em Mossoró. Como objetivos específicos, temos: identificar o perfil socioeconômico das mulheres em situação de rua entrevistadas que têm como local de referência a praça da catedral de Mossoró; identificar as principais determinações que incidiram sobre a ida dessas mulheres para as ruas do município mossoroense; investigar como se configuram as relações de trabalho na vida das mulheres em situação de rua entrevistadas; identificar como as relações sociais

de sexo, raça e classe aparecem no cotidiano das mulheres em situação de rua sujeitas da pesquisa.

Metodologia

Baseamos nossa crítica fundamentada no método em Marx, o materialismo histórico dialético, considerando o ‘trabalho’ como condição ontológica ineliminável da práxis primária do ser humano instituindo a realidade/totalidade social e de onde surgem as demais práxis/atividades da vida em sociedade. Esta pesquisa não está deslocada da compreensão de que é no bojo dessa estrutura de produção da vida material desenvolvidas no modo de produção capitalista que as análises devem ser assentadas. Parte-se, portanto, da compreensão da totalidade da vida social para buscar entender a constituição do fenômeno PSR, realizando o caminho de “ida e de volta” sem o qual, não é possível sequer uma aproximação na busca pela apreensão da realidade da vida social em sua totalidade. Imbricada a essa perspectiva teórico-metodológica está a compreensão das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe como estruturantes da sociabilidade capitalista.

O papel da/o pesquisador/a é investigar a essência do objeto, não de forma determinista, mas admitindo que esse objeto está imerso em uma realidade social historicamente situada e, portanto, é integrante de uma processualidade que não admite que ele seja tomado por imutável ou estático.

[...] o *ser social* – e a sociabilidade resulta elementarmente do *trabalho*, que constituirá o modelo da *práxis* – é um *processo, movimento* que se dinamiza por *contradições*, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas *contradições* impulsionam a outras superações (NETTO, 2011, p. 31).

No processo de investigação de um objeto, a/o pesquisador/a tem papel ativo no desvendamento de suas determinações e não age de maneira passiva, uma vez que não existe neutralidade no processo de pesquisa. Para que transponha a aparência do objeto,

[...] o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura

e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (NETTO, 2011, p. 25).

O Método em Marx não pode ser apreendido de maneira simplista e necessita de uma análise cuidadosa de seus elementos. Categorias como ‘contradição’, ‘mediação’, e ‘totalidade’ constituem conceitos importantes desse método, e como tal contribuem para a análise do real na sistematização do materialismo histórico dialético (MHD).

A escolha pela utilização desse método para a realização da pesquisa proposta se dá pela compreensão de que o método em Marx é o que melhor instrumentaliza e dá condições de uma investigação analítica, crítica, profunda, atenta às contradições e ao “movimento do real”. Nesse ponto, é salutar chamar atenção para a particularidade do conceito de **crítica** para Marx: para ele, não se trata de uma posição subjetiva do sujeito ou da sujeita diante do real, mas **é a própria exposição das contradições do real**, onde reside o sentido da crítica em Marx.

Com esse método, intenta-se a investigação da origem da exploração da classe trabalhadora para adentrar no entendimento da constituição do fenômeno *população em situação de rua* (PSR) e, em seus elementos constituintes, identificar as particularidades que se operam nas vidas das “mulheres que vivem na e das ruas”.

Com relação ao tipo de pesquisa, esta se caracteriza por ser de natureza **exploratória** e sobre ela, temos que “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão’” (SELLTIZ et al., 1967, p. 63, *apud* GIL, 2002, p. 41).

O presente trabalho é de natureza bibliográfica e documental (dados tanto de pesquisas nacionais como de documentos municipais). Sobre esses tipos de pesquisa, nos diz Gil (2002):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente de contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto, **a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser**

reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa
(GIL, 2002, p. 45, grifos nossos).

Dessa forma, estão sendo utilizados dados já existentes sobre o perfil da população em situação de rua no município de Mossoró, dados estes provenientes de levantamento elaborado pela assistente social que integrava a equipe multiprofissional do Consultório na Rua⁵. A referida profissional foi que estabeleceu a minha interlocução com as sujeitas da pesquisa, mediando a minha inserção no campo.

Foi realizado **estudo de campo** em espaços de concentração da população em situação de rua no município de Mossoró, principalmente em praças localizadas no centro da cidade. Sobre o estudo de campo, Gil (2002) o caracteriza:

[...] o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa (GIL, 2002, p. 53).

Assim, esse tipo de estudo dará condições de uma análise mais adequada às demandas do objeto em questão. Para apresentar sinteticamente como se organiza o estudo de campo, recorreremos mais uma vez à Gil (2002):

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes

5 O Consultório na Rua (CnaR) é uma estratégia da política de saúde pública brasileira, instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, no ano de 2011. Tem por objetivo facilitar o acesso da *população em situação de rua* (PSR) aos serviços de saúde pública existentes, com o intuito de garantir atenção integral para essa população no próprio espaço da rua, ampliando o seu acesso aos referidos serviços. É composto por equipes multiprofissionais que realizam suas atividades de forma itinerante e, a partir das demandas identificadas nos territórios, articulam-se em ações conjuntas com as equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS's) correspondentes (BRASIL, 2020).

para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

A pesquisa é de caráter qualitativo, considerando os dados, as pesquisas em números e estatísticas disponíveis, mas não se limitando a dimensão “mensurável” (quantificável) do fenômeno. Sobre a **pesquisa qualitativa** nos diz Minayo:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Além disso, foram realizadas **entrevistas semiestruturadas**, cujo formato de organização contempla tanto questões “fechadas”/objetivas - com o intuito de fazer o levantamento de informações básicas para subsidiar a construção dos dados necessários à elaboração do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas - ao mesmo tempo em que possui questões “abertas”/subjetivas, que possibilitaram a colocação de outras questões que contemplaram, por sua vez, dimensões mais abrangentes da vida das mulheres entrevistadas.

Resultados e discussão

Voltando a atenção para a análise da situação das mulheres em situação de rua na cidade de Mossoró, apresento a seguir o perfil das mulheres entrevistadas para essa pesquisa, analisando alguns elementos em torno do que apareceu. A maior parcela dentre as mulheres em situação de rua identificadas nas pesquisas nacional, assim como nas entrevistas realizadas na pesquisa para este trabalho são negras. Cumpre destacar, que tanto as informações relacionadas ao pertencimento étnico/“racial”, como as que envolvem marcadores de sexualidades foram obtidas por meio de **autodeclaração** das mulheres entrevistadas, assim como todas as demais informações solicitadas. Segundo levantamento feito no ano de 2017, existem cerca de 157

pessoas em situação de rua na cidade do oeste potiguar. Desta população, mais de 80% é composta por homens, seguindo a tendência nacional.

PERFIL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA ENTREVISTADAS

NOME	SABIÁ	CACTO	JITIRANA	CARNAÚBA	JUREMA
IDADE	37 anos	28 anos	49 anos	58 anos	51 anos
COR/ "RAÇA"	Morena	Preta/negra	Morena clara ("cor de canela")	Morena	Branca
TEMPO NA RUA	16 anos	1 ano e meio (aproximadamente)	37 anos	27 anos	Mais de 20 anos
MOTIVO DE IDA PARA RUA	Morte da mãe e desavenças familiares	Violência doméstica (saiu de casa e foi pra rua após separação turbulenta, não tinha para onde ir nem como custear uma moradia)	Expulsa de casa pela mãe após ter lhe contado que foi estupro pelo padrasto	Conflitos familiares (saiu de casa "porque quis" após discussão com o pai e foi direto para Mossoró)	Depressão após a morte de sua companheira
ORIENT. SEXUAL	Lésbica	Hétero	Lésbica	Hétero	Lésbica
GRAU ESCOLAR	6º ano (E. F. II inc.)	6º ano (E. F. II inc.)	5ª série (E. F. II inc.)	6ª série (E. F. II inc.)	5ª série (E. F. II inc.)

Ao adentrar o campo de investigação, o elemento mais forte que se apresentou através do relato das mulheres moradoras de rua que entrevistei foi a dimensão – também contida nas análises das relações sociais de sexo – da **apropriação** de seus corpos: das 05 (cinco) mulheres em situação de rua entrevistadas, TODAS relataram alguma situação de abuso/violência sexual. Cinco mulheres. Cinco perfis diversos. Cinco experiências singulares atravessadas por condições distintas (origem, idade, acesso à educação, sexualidades e etc.). Todas elas, em meio às entrevistas, me contaram histórias que envolviam a apropriação, o “uso” não autorizado de seus corpos, como se coisa fossem. E coisa “sem dono”.

As vivências dessas mulheres, sem dúvida, implicam no modo que elas habitam o mundo, o ocupam, por onde andam, o que fazem,

com quem falam e com quem deixam de falar. Quais acessos são para elas interditados? Quais experiências são impedidas de vivenciar a partir das trajetórias minadas pelas atitudes de outrem, em geral, um homem? Mais ainda: como resistir a essas e outras implicações que sitiam as suas trajetórias, sobretudo quando compreendemos que esse processo não é isolado, tampouco parte de uma cultura facilmente “contornável” a partir de uma educação não-sexista, por exemplo, mas que fazem parte de uma complexa e profunda estrutura de sociedade cujas bases materiais não apenas negligenciam tais práticas como as acolhe e produz? São questões para provocar reflexões que nos desestabilizem de lugares-comuns de um entendimento e, mais ainda, que nos instiguem a uma práxis verdadeiramente efetiva.

No cerne dessa questão, no centro da opressão da mulher enquanto grupo social pelo grupo social dos homens, está uma **base material** concreta sem a qual não faria tanto sentido como faz a perpetuação dessas opressões no sistema capitalista: essas relações desiguais e patriarcais são extremamente funcionais e necessárias a reprodução desse sistema. As mulheres estão na base social da reprodução do mundo e contribuem direta e enormemente para manter o âmbito da produção funcionando plenamente. Essa base material é o trabalho.

Essas condições de desigualdades podem ser percebidas no mercado de trabalho. Historicamente, mulheres e homens são desigualmente remunerados em postos de trabalho semelhantes, chegando essa diferença a atingir cerca de 30%: mulheres recebem um salário aproximadamente 30% menor do que homens para exercerem a mesma função. Em algumas dessas situações, inclusive, a mulher possui até mesmo grau de escolaridade formal/capacitação profissional superior à do homem. Esse é um exemplo explícito da base material que conforma essa estrutura de sociedade funcional ao capital. Isso porque uma mão-de-obra desvalorizada significa maior acúmulo por parte da burguesia que emprega a classe trabalhadora de forma intensamente precarizada.

Quando comparamos as condições de trabalho por meio de uma análise racializada, identificamos que diante de uma série de aspectos – condições de acesso, empregabilidade, postos de trabalho, salários, dentre outros – a população negra encontra-se em condição de ainda mais desvantagem diante da população branca no campo do trabalho. Sobre essa relação de desigualdade racial no Brasil, é interessante

buscar os escritos de Sueli Carneiro em sua obra “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil”.

Nessa esteira de diálogo, coadunado com o pensamento de Cisne (2020) quanto à “ortodoxia no método [materialista histórico dialético] e teoria em movimento”: [...] é importante entender a teoria em movimento, assim como a história e o real. Teoria, portanto, não é um dogma mecânico e a-histórico que fixa os resultados como verdades absolutas e torna-os incontestáveis, de forma que impede a reflexão e a necessidade da crítica” (CISNE, 2020, p. 52).

Nesse sentido, pensar as condições de trabalho também passa pela análise das condições concretas de formação, de acesso à educação. Sobre isso, destaco a seguinte fala a respeito dos motivos que faziam com que Sabiá, mesmo trabalhando, permanecia em situação de rua, uma vez que já tinha referido as dificuldades de estar nessa condição. Ela diz o seguinte:

A falta de um emprego bom, né? A falta de um emprego bom, da sociedade abrir as portas, dá uma chance. Não é porque a pessoa mora na rua que não vai prestar, que não possa trabalhar, né? É a falta de uma oportunidade pra mim trabalhar, alugar um canto e sair da rua. Porque esse auxílio não é pra sempre e o valor do Bolsa Família não dá pra alugar uma casa, é 89 reais, não dá. Dá pra alugar nem um vão de barro (SABIÁ, 37 anos).

Alguns aspectos se destacam na fala de Sabiá. Desde a referência a um bom emprego, não a um emprego “qualquer”, isso passa por condições dignas, que implicam necessidades conflitantes com a lógica capitalista contemporânea, onde o que se verifica é um aprofundamento da precarização das condições de trabalho e de vida, um aumento exponencial do desemprego, agravamento das condições de miséria, da fome do Brasil, que nos últimos anos voltou ao “mapa da fome” no mundo, dentre uma série de outros prejuízos à garantia de condições dignas para a vida humana.

Com relação ao pertencimento étnico-“racial”, destaco a análise a seguir presente na publicação “Rua: aprendendo a contar” (BRASIL, 2009):

No que tange à distribuição por raça/cor, destaca-se que de todos os entrevistados, 39,1% se declararam pardos, uma proporção semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%). **O contraste**

com a população brasileira, em geral, é maior **para aqueles que se declararam brancos, 29,5% (53,7% na população em geral) ou pretos, 27,9%, (apenas 6,2% na população em geral)**. Desta forma, tem-se que, entre as pessoas em situação de rua entrevistadas, **a proporção de negros** (pardos somados a pretos, conforme classificação proposta pelo IBGE) **é substancialmente maior (67%), comparado aos níveis encontrados na população em geral (44,6%)** (BRASIL, 2009, p. 86-87, grifos meus)⁶.

Dentre as mulheres em situação de rua entrevistadas, 04 (quatro) delas identificaram-se por meio de nomenclaturas que as localizam étnico/“racialmente” no campo da negritude, sendo essa identidade autodeclarada e assim informada: 02 (duas) delas afirmaram-se “morena”, 01 (uma) delas declarou-se “morena clara”/“cor de canela” e 01 (uma) delas afirmou-se preta e negra. A partir da citação anterior, é possível afirmar que a população em situação de rua no Brasil é racializada e apresenta-se majoritariamente negra, o que nos leva a articular à nossa formação sócio-histórica e os seus processos de escravização no país, cujos impedimentos – falta de acesso ao ensino formal; não empregabilidade assegurada desde a falácia da abolição enquanto processo de “libertação” para o povo negro; apropriação dos corpos das mulheres negras (hiperssexualização, estupros, imposição à função de maternagem dos filhos de mulheres brancas em detrimento do impedimento à maternagem de seus próprios filhos), dentre outras muitas violências – têm rebatimentos sobre essa população na contemporaneidade, população essa que aqui foi por séculos institucionalmente e formalmente explorada.

6 Na publicação “Rua: aprendendo a contar” (BRASIL, 2009), é explicado que o contraste apresentado nos dados presentes na citação, foi feito em relação ao último Censo Demográfico que havia sido realizado no Brasil antes da publicação em questão, o Censo de 2000. Após este, foi realizado um em 2010, que – à revelia da reivindicação dos movimentos da população em situação de rua e das entidades que trabalham com esse público, reivindicarem a necessidade de incluir esse segmento populacional nos censos brasileiros – ainda não incorporou a população em situação de rua no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerações finais

Falar em raça, sexo e classe no Brasil sempre foi uma urgência, vide o nosso histórico de formação social, as nossas experiências e os processos profundamente desiguais que verificamos cotidianamente. Não é uma novidade. Não é recente.

A pesquisa ora empreendida, longe de pretender indicar respostas ou fechar reflexões em torno de experiências singulares com as quais nos defrontamos nestas linhas, se propõe muito mais a contribuir para a abertura de caminhos. Para o espaço do diálogo, do questionamento, das inquietações e das suposições que podem – ora nos apontar similitudes com as narrativas e estudos já desenvolvidos no campo do feminismo materialista, ora podem sinalizar para lacunas dentro desses debates e sobre as quais é importante que nos aprofundemos e investiguemos.

Enquanto exercício de narrativa, busquei realizar uma discussão acerca de nossa formação brasileira colonial, patriarcal e racista, apontando elementos que estiveram presentes desde o cotidiano da vida doméstica, ao espaço da rua e suas relações mais amplas. Nesse sentido, é fundamental perceber como o processo de urbanização imprimiu esses valores a partir do desenvolvimento de um capitalismo dependente, desigual e combinado, remetendo às relações de subordinação, de subserviência, fosse no campo da política internacional, fosse nos ambientes domésticos desse país absurdamente misógino.

A transição do trabalho escravizado para o trabalho “livre” assalariado nos faz perceber como o processo de “abolição” da escravização foi um instrumento formal muito mais conveniente ao desenvolvimento do capitalismo neste país, do que de fato uma ruptura concreta, profunda e efetivamente substantiva com os valores racistas de uma sociedade escravista.

Tomando como elemento central de análise a categoria trabalho e a categoria relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe, identifiquei que todas as relações de trabalho apresentadas pelas mulheres entrevistadas se dão de forma absolutamente precarizada, sem nenhum vínculo formal de trabalho, nem condições dignas de subsistência por meio de suas atividades. Outro elemento fortemente presente é a relação da violência sexual (abuso e exploração), assim como a prática da prostituição, que foi relatada por 03 (três) das 05 (cinco) mulheres

entrevistadas. A dimensão de apropriação dos corpos, sendo tomados como corpos públicos, disponíveis, quase de forma literal.

Referências

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (orgs.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006.